



XI Reunión de Antropología del MERCOSUR- XI Reunião de Antropologia do MERCOSUL

Diálogos, prácticas y visiones antropológicas desde el sur.

**30 de noviembre al 4 de diciembre de 2015
Montevideo, Uruguay.**

SIMPOSIOS ACEPTADOS EN EL MARCO DE LA XI Reunión de Antropología del MERCOSUR (XI RAM).

SIMPOSIO 1. ANTROPOLOGÍAS LOCALES, CONTEXTOS NACIONALES Y SUS ASOCIACIONES (SIMPOSIO - AUSPICIADO POR EL CONSEJO MUNDIAL DE ASOCIACIONES DE ANTROPOLOGÍA – WCAA)

Organizado por ABA

Coordinación: Carmen Rial (WCAA, Brasil); Lía Ferrero (CGA, Argentina); Antonio Carlos de Souza Lima (presidente da ABA)

En concordancia con los objetivos del Consejo Mundial de Asociaciones de Antropología que manifiestan -entre otros- promover la cooperación y el intercambio de información entre las antropologías del mundo y promover la organización conjunta de eventos de debate científico, es que proponemos este Simposio en el que nos planteamos intercambiar información y discutir sobre las situaciones de las antropologías locales del MERCOSUR y países de la región en sus contextos nacionales, en sus relaciones con las antropologías mundiales, y el rol que ocupan en la actualidad

y han ocupado históricamente sus correspondientes asociaciones nacionales, para tratar el tema de los cambios en los flujos globales de conocimiento antropológico. Proponemos en esta oportunidad debatir sobre las particularidades de las antropologías locales insertas en un mundo global, y el impacto de las mismas en las organizaciones que agrupan a sus profesionales, sus problemáticas y desafíos. En tiempos de internacionalización acelerada de la producción antropológica, es importante hacer un balance de las organizaciones y de cómo están trabajando para garantizar la comunicación interna y externa a las fronteras nacionales.

Participantes:

Argentina: Pablo Perazzi, Rosana Guber, Pablo Wright, Pablo Alabarces

Chile: Rodrigo Sepúlveda Presidente del Colegio de antropólogos de Chile.

Uruguay: Miembro de AUAS

Palabras clave: Asociaciones de antropología, WCAA, antropologías locales

SIMPOSIO 2 - DIREITOS HUMANOS: MORALIDADES, POLÍTICAS E ATIVISMOS

Organizado por ABA

Resumo: Propomos nesse simpósio, constituído por duas sessões, examinar as diversas dimensões da temática dos direitos humanos através de estudos de casos concretos em países diferentes da América Latina e em outras partes do mundo. Fitando os embates envolvidos em projetos de intervenção cunhados para coibir/punir/reparar a violação dos direitos humanos, perguntamos quais as categorias e novos atores (juristas, ativistas, “vítimas”) são postos em cena e quais os dispositivos administrativos, jurídicos e organizacionais – velhos e novos - que ajudam a construir e implementar as políticas. Consideramos as alianças e as tensões políticas travadas entre diversos tipos de instituições (estatais, filantrópicas, religiosas e outras) que dão conteúdo específico à constelação de conceitos tais como “violência”, “violação”, “reparação”, “reconhecimento”, “proteção” e “melhor interesse” de vítimas reais ou potenciais. Atentamos às hierarquias políticas (nacionais, internacionais) que exercem uma influência diferenciada sobre determinados atores,

assim como aos modos pelos quais os próprios sujeitos de intervenção e ativismo se transformam nesse processo, travando novas subjetividades, ressignificando corpos e percepções de si, em resposta aos desafios constitutivos do cenário contemporâneo.

Em suma, nosso objetivo é olhar para o funcionamento dos “direitos humanos” na prática, com especial atenção às apropriações e efeitos normativos de inclusão e de exclusão desse campo de ação. Qual a produção normativa associada às diferentes leis? Quais as economias morais que vem sendo reforçadas, modificadas ou desafiadas em nome dos direitos humanos (direito das crianças, direito das mulheres, das vítimas de violência, direito à própria vida...)? Nossa aposta é que a comparação entre diferentes contextos nacionais e entre diferentes categorias de sujeitos alvos das ações e de formas de ativismo e/ou crítica relacionados aos direitos humanos abra para novas perspectivas analíticas, metodológicas e modos de engajamento público.

Palavras-Chave: direitos humanos, moralidades, ativismo, política e etnografia.

Sessão 1: Direitos Humanos: moralidades, políticas e ativismos

Coordenadora: Patrice Schuch (UFRGS – Brasil, doutora em Antropologia Social)

Resumo: Nesta sessão, serão apresentadas etnografias que tratam das tensões entre visibilidades e exclusões envolvidas em formas de ativismo e intervenção relacionadas ao repertório dos direitos humanos e suas práticas. Trata-se de investigar as dinâmicas de produção de categorias, práticas e seus efeitos de (in)visibilidade em espaços de problematização variados: as política de indenizações de situações ou processos sociais construídos como de “violações de direitos”, a relação entre corporalidade e direitos humanos no universo de “lutas” por novas inscrições políticas de corpos de jovens negros e periféricos e as tensões entre coletivos envolvidos no debate sobre as práticas de promoção e proteção aos direitos sexuais e reprodutivos.

Palestrantes:

- Adriana Vianna (MN/UFRJ – Brasil, doutora em Antropologia Social)
- Maria Gabriela Lugones (U. de Cordoba – Argentina, doutora em Antropologia Social)
- Paula Lacerda (PPCIS/UERJ – Brasil, doutora em Antropologia Social)
- Susana Rostagnol (U. de la República – Uruguai, doutora em Antropologia Social)

Sessão 2: Direitos Humanos: moralidades, políticas e ativismos

Coordenadora: Claudia Fonseca (UFRGS – Brasil, doutora em Sociologia e Etnologia)

Resumo: Nesta sessão, as etnografias se concentram na problematização de intervenções realizadas em nome da promoção e a proteção contra a violação dos direitos de “crianças”. Consideramos repertórios morais acionados durante as discussões que se materializam na mídia, na legislatura, nos juizados e nos serviços de atendimento a famílias e colocamos perguntas sobre a construção e efeitos desses repertórios. Seguindo diferentes temáticas – incluindo adoção transnacional, castigos corporais, direito à convivência familiar e outros -- examinamos a maneira em que políticas públicas são formuladas em nome do “melhor interesse” de um sujeito raramente escutado. Quais novos especialistas emergem como mediadores legítimos da “fala da criança”? Como se constrói a autoridade de determinadas instâncias de decisão em detrimento a outras? E onde se insere a análise antropológica numa economia moral que encerra uma multidão de atores com perspectivas muito distintas?

Palestrantes:

- Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC-RS – Brasil, doutora em Antropologia Social)
- Pilar Uriarte (U. de la República – Uruguai, doutora em Antropologia Social)
- Carla Villalta (U. de Buenos Aires – Argentina, doutora em Antropologia Social)
- Maria Isabel Fernández Cáceres (U. de Salamanca – Espanha, doutoranda em Sociologia)

Dados das Proponentes:

Sessão 1:

Patrice Schuch

Filiação Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Email: patrice.schuch@gmail.com

Adriana de Resende Barreto Vianna

Filiação institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

Email: adrinavianna@gmail.com

Maria Gabriela Lugones

Filiação Institucional: U. de Cordoba – Argentina

Email: negralugones@yahoo.com.ar

Paula Mendes Lacerda

Filiação Institucional: profa. adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Email: lacerdapaula@gmail.com

Susana Rostagnol

Filiação Institucional: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República

Email: susana.rostagnol@gmail.com

Sessão 2:

Claudia Lee Williams Fonseca

Filiação institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal

Email: claudialwfonseca@gmail.com

Fernanda Bittencourt Ribeiro

Filiação institucional: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRS

Email: feribeiro@pucrs.br ; feribeiro2@gmail.com

Pilar Uriarte

Filiación institucional: Prof. adj. dpto. Antropología Social, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República.

Correo electrónico: pilar.uriarte@gmail.com

Carla Villalta

Filiación institucional: Equipo de Antropología Política y Jurídica, Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires - Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Email: carla-villalta@hotmail.com; carlavillalta@conicet.gov.ar

Maria Isabel Fernández Cáceres

Filiação institucional: Departamento de Sociología y Comunicación. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Salamanca (USAL) Doctoranda en Sociología.

Email: mifc1988@gmail.com

SIMPOSIO 3 - DIREITOS INDÍGENAS: RESPEITO OU VIOLAÇÃO?

Organizado por ABA

Resumo: Discutir direitos étnicamente diferenciados, especialmente, quando demandados ou não via processos judiciais por conta de violações perpetradas contra povos indígenas, considerando que apesar dos avanços garantidos internamente pela renovação constitucional dos países latino-americanos e internacionalmente pelos tratados de direitos humanos, o cerco contra os povos originários e parece não ter fim e, na prática, se deixa de garantir a terra e tão pouco o direito de usá-las livremente, assim como outros direitos referentes à cidadania diferenciada, fato que potencializa a continuidade da reprodução do colonialismo.

Título: Derechos indígenas: ¿respeto o violación?

Resumen: Este simposio apunta a discutir la aplicación y vigencia de los derechos étnicamente diferenciados, sobre todo al ser demandados a través de procesos judiciales vinculados a violaciones perpetradas contra los pueblos indígenas. Partimos de considerar que, a pesar de los avances garantizados internamente por la renovación constitucional de los países latino-americanos, e internacionalmente por convenciones y tratados específicos, las dinámicas políticas de cerco contra los pueblos originarios se recrea de distintos modos. Interesa analizar, en la práctica, los modos en que las fallas al momento de garantizar el acceso a tierras y territorios, y al derecho de usarlos libremente, conculcan otros derechos referidos a la ciudadanía diferenciada, y potencian una continua reproducción del colonialismo.

Sessão única

Coordenadoras:

Claudia Briones – Instituto de Investigaciones en Diversidad Cultural y Procesos de Cambio (IIDyPCa) e Universidad Nacional de Río Negro-CONICET

Jane Felipe Beltrão – Associação Brasileira de Antropologia (ABA)

Painelistas:

1. Dr. Fernando Garcia – Ecuador, FLACSO
2. Dra. Diana Bocarejo – Colombia
3. Moira Ivana Millan – Marcha de Mujeres Originarias por el Buen Vivir.
4. Dr. Gersem dos Santos Luciano – Líder Baniwa/Docente da UFAM – Brasil
5. Rosani de Fatima Fernandes – Líder Kaingag/ Doutoranda em Antropologia – Brasil

Dados dos(as) participantes

Coordenadoras:

1. Nome: Claudia Briones

Filiação Institucional: Instituto de Investigaciones en Diversidad Cultural y Procesos de Cambio (IIDyPCa) e Universidad Nacional de Río Negro-CONICET – Argentina

E-mail: brionesc@gmail.com

2. Nome: Jane Felipe Beltrão

Filiação Institucional: Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) Universidade Federal do Pará (UFPA) - Brasil

E-mail: janebeltrao@gmail.com

Painelistas:

1. Nome: Fernando Garcia – Equador, FLACSO

Filiação Institucional: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Ecuador

E-mail: fgarcia@flacso.edu.ec

2. Nome: Diana Bocarejo – Colombia

Filiação Institucional: Universidad del Rosario

E-mail: dbocajero@gmail.com

3. Nome: Gersem dos Santos Luciano – Brasil, Líder Baniwa/Doutor em Antropologia Social

Filiação Institucional: Instituto de Educação – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: gersem@terra.com

4. Nome: Rosani de Fatima Fernandes – Lider Kaingang/Doutoranda em Antropologia
Filiação Institucional: Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: rosanifernades2@hotmail.com

5. Nome: Moira Ivana Millan
Filiação Institucional: 1er Marcha de Mujeres Originarias
Contato: <http://mujeresoriginarias.com/el-proyecto/>

SIMPOSIO 4. BALANCES, RETOS Y PERSPECTIVAS DE LA ANTROPOLOGIA DEL TRABAJO Y DE LOS/LAS TRABAJADORES/AS”.

Coordinadora:
Nuria Giniger (CEIL-CONICET/UBA, Argentina)

Comentaristas:

- June C. Nash (CUNY, EEUU)
- Jose Sergio Leite Lopes (CNPq, PPGAS/UFRJ, Brasil)
- Julia Soul (CEIL-CONICET, Argentina)
- Verónica Vogelmann (CONICET/ UNR, Argentina)
- Carlos Salazar (CONACYT, México)

Fundamentación

El Simposio “Balances, retos y perspectivas de la Antropología del Trabajo y los/las Trabajadores/as” propone reunir investigadores de gran trayectoria junto con investigadores jóvenes, procurando evidenciar y explicar la heterogeneidad que configura hoy el complejo “mundo

del trabajo”.

La antropología ha producido, hasta ahora, diversas explicaciones acerca de los procesos que implican dicha heterogeneidad, a través de la recuperación crítica de diversas construcciones teórico – metodológicas y de las articulaciones interdisciplinarias, que permiten complejizar los abordajes del contradictorio fenómeno que es el trabajo humano y de los procesos que protagonizan sus portadores.

El propósito de este Simposio es elaborar colectivamente un balance de lo producido en el campo de la antropología del trabajo e identificar dificultades, líneas y perspectivas que permitan consolidar una tradición antropológica de estudios del trabajo.

En este sentido, nos proponemos abordar algunos ejes temáticos que han sido la columna vertebral de los estudios de la antropología del trabajo, tales como, las políticas empresariales de gestión de la fuerza de trabajo, las relaciones entre grandes empresas y comunidades y territorios, los procesos de trabajo, los debates en torno de la cultura, la subjetividad y las identidades obreras y sobre las formas de acción, organización y lucha de los trabajadores.

Nos interesa particularmente debatir las estrategias y herramientas metodológicas mediante las que los antropólogos y científicos sociales construyen sus aproximaciones investigativas y recortes objetuales. Se procurará reflexionar sobre los principales aportes del enfoque socio-antropológico para los procesos de construcción de problemas vinculados al trabajo y los/las trabajadores/as, proponiendo debatir y reflexionar en torno al abordaje de la cotidianeidad y del conflicto. Los actuales procesos de internacionalización del capital y de deslocalización de la producción suponen desafíos y recontextualizaciones de las aproximaciones clásicamente localizadas y situadas propias de la investigación antropológica. En este sentido, la antropología posee una importante potencialidad para profundizar en aquellas preguntas que se orienten a desnaturalizar las actuales formas de organización del trabajo y las tramas de relaciones que se imbrican tanto en la esfera de la producción como de la reproducción de los/las trabajadores/as.

SIMPOSIO 5. Investigaciones socio-antropológicas sobre clases medias en América Latina en clave comparativa: problemas analíticos y metodológicos.

Fundamentación:

El presente simposio tiene como propósito discutir los aportes que la antropología puede ofrecer, al renovado debate sobre la cuestión de las clases medias en América Latina, ocurrido a partir de las

profundas transformaciones estructurales que han tenido lugar en las últimas décadas. Países tradicionalmente catalogados como “de clase media” enfrentan desempleo y empobrecimiento, mientras las llamadas “economías emergentes” han visto surgir “nuevas clases medias” caracterizadas por movilidad social ascendente.

Partimos del punto de vista que una indagación socio-antropológica de las transformaciones de clase debería tener en la etnografía y la historiografía sus aportes principales. Por ello, el foco estará puesto en los usos analíticos y nativos de la categoría “clase media”.

En primer lugar, buscamos discutir la noción de clase media, en tanto categoría de clasificación del investigador y herramienta pragmática que le sirve para determinar quiénes pertenecen a este rango, a partir de criterios tales como el nivel de ingreso, la ocupación o el nivel educativo y pensar alternativas constructivistas que incorporen la mirada nativa sobre el uso cotidiano de esta categoría. En este sentido, intentamos observar e investigar los usos empíricos que diferentes agentes hacen del concepto para definirse a sí mismos y a otros, así como su posición en la estructura social, y cómo han experimentado los procesos de movilidad social (ascendente y descendente) de los años recientes.

También buscamos explorar el empleo del concepto clase media como instrumento político y económico, es decir, como lenguaje que articula políticas de estado, imágenes de nación, procesos de integración económica y creación de nuevos mercados nacionales de consumo.

Por otra parte, problematizamos los métodos y perspectivas para captar estos procesos sociales. Los aportes desde la antropología (y la etnografía) a este debate, se han concentrado en intentar comprender las formas diversas en que los actores practican y definen su modo de pertenencia a la clase media. Abonando esta perspectiva, en este simposio nos interesa muy especialmente discutir cinco procesos que consideramos centrales para avanzar en la temática sobre clases medias en América Latina:

- 1) los significados teóricos, sus límites, alcances y potencialidades, con especial atención al estado actual de los desarrollos de la teoría social sobre las clases sociales en general y las clases medias (y su contrapunto con las elites y los sectores populares, en particular);
- 2) los procesos históricos y sociales de constitución, delimitación y actualización de “clases medias”;
- 3) Los usos políticos y económicos que hacen del concepto los distintos grupos sociales, sea para buscar reivindicaciones e intervenciones del estado, sea como categoría identitaria, sea como instrumento de clasificación del gobierno;
- 4) los procesos de movilidad social ascendente y descendente que las afecta en diferentes escalas (globales, regionales, nacionales); y
- 5) los procesos de inclusión, en circuitos económicos (productivos y de consumo), de grupos

tradicionalmente distanciados del uso de bienes y servicios, en relación con los procesos sociales de producción de identidades ligadas a la clase (media) en contrapunto con procesos de delimitación de fronteras y distinción respecto de los sectores populares y las elites.

Palabras Claves: clase media – movilidad social – consumo – identidad social - distinción

Coordinadores:

-Dra. Patricia Beatriz Vargas

Centro de Investigaciones Sociales (CIS)-Instituto de Desarrollo Económico y Social
(IDES)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
patriciabeatrizvargas@gmail.com

-Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
moiseskopper@gmail.com

Participantes/ponentes

-Dra. Patricia Beatriz Vargas

Centro de Investigaciones Sociales (CIS)-Instituto de Desarrollo Económico y Social
(IDES)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
patriciabeatrizvargas@gmail.com

-Moisés Kopper

Doutorando em Antropologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
moiseskopper@gmail.com

-Dr. Sergio E. Visacovsky

Centro de Investigaciones Sociales (CIS)-Instituto de Desarrollo Económico y Social
(IDES)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
seredvisac@gmail.com

-Dra. Enedina Ortega Gutiérrez

Profesora- Investigadora Tecnológico de Monterrey

Escuela de Humanidades y Ciencias Sociales
enedina.ortega@gmail.com

-Dra. Ana María Forero Ángel
Profesora Asistente Universidad de los Andes
Departamento de Antropología
am.forero260@uniandes.edu.co

Comentarista:

Ruben George Oliven
Professor Titular
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ruben.oliven@gmail.com

SIMPOSIO 6. TRAYECTORIAS POLÍTICAS DE RESTOS HUMANOS: USOS, ABUSOS Y CIRCULACIONES DEL CUERPO MUERTO EN LOS ESCENARIOS DE POST-DICTADURA EN AMERICA LATINA

Fundamentación

A partir del libro *The political lives of dead bodies* (Verdery 1999) hemos comprendido que los cadáveres tienen una vida política. En efecto, Verdery ha demostrado que los restos de los dirigentes

políticos y de otros grandes personajes eran el objeto no sólo de múltiples inversiones materiales y simbólicas, sino también de relaciones de poder complejas principalmente en contextos de cambio violentos y repentinos de regímenes políticos.

Continuando con esta innovadora aproximación al significado social y político de los restos humanos, antropólogos, historiadores y politólogos han demostrado que los muertos en su totalidad -y no solamente las figuras de poder- son objeto de gubernamentalidades particulares. Los autores de *Governing the dead. Sovereignty and the politics of dead bodies* (Stepputat 2014) han expuesto y analizado claramente la gran cantidad de políticas públicas y prácticas administrativas puestas en

marcha para ejercer control sobre los cadáveres y los restos humanos, a través de la gestión y control de espacios y prácticas funerarias.

¿Qué sucede si pensamos en esta relación entre violencia extrema y la producción en masa de cadáveres en el contexto particular del retorno a la democracia, en los países de América Latina pero también de fuera? Estos muertos particulares producidos en gran número y durante mucho tiempo confiscados, ocultados o destruidos por aquellos que llevaron a cabo el crimen, luego exhumados e identificados, ¿son ellos partes de una gubernamentalidad en particular? ¿A qué tipo de prácticas de apropiación o adhesión dan lugar estos restos? ¿Qué rol juegan los espacios de inhumación clandestina en la actualidad de estas sociedades? ¿Cuáles son los efectos de la vida política de estos muertos producidos por la violencia de Estado?

El objetivo de nuestro simposio radica en reunir a antropólogos especialistas en violencia de masa, provenientes de Argentina, Brasil, y Europa, a fin de aproximarnos a los problemas políticos y geopolíticos del tratamiento de restos mortales de las víctimas de violencia de Estado.

Palabras claves: Restos humanos, Violencia de Estado, Dictaduras, Antropología forense, Fosas comunes

Coordinadores del simposio:

Elisabeth Anstett (CNRS-IRIS, Francia) y Pamela Colombo (EHESS-IRIS, Francia).

Presentaciones del simposio

1. Dr. Elisabeth Anstett

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS / IRIS, Francia)

Mail: elisabeth.anstett@ehess.fr

Dr. Pamela Colombo

École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS / IRIS, Francia)

Mail: pamela.colombo@ehess.fr

2. Pablo Gallo

Profesor de Antropología (UBA) y miembro de la Unidad especializada en casos de apropiación de niños durante el terrorismo de estado de la Procuración General de la Nación Argentina. Fue miembro del EAAF durante diez años.

Mail: lupaga@hotmail.com

3. Dr. Marco Aurelio Guimaraes

Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Departamento de Patologia e Medicina Legal. // Centro de Medicina Legal
Mail: maguima250770@gmail.com

4. Dr. José López Mazz

Dpto.Arqueología; CURE / Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - UDeLaR / Universidad de la República /
Mail: lopezmazz@yahoo.com.ar

5.Dr. Laura Panizo

CONICET/IDAES-UNSAM (Argentina)
Mail: laura.m.panizo@gmail.com

Simposio 7. Etnografía de la materialidad y las prácticas sociales: hallazgos, desafíos y perspectivas desde contextos latinoamericanos

Palabras Claves

Materialidades, técnicas y tecnologías, elementos humanos y no-humanos, mediaciones, perspectivas latinoamericanas

Participantes

1) Dra. Gabriela Schiavoni, Universidad Nacional de Misiones/CONICET
Correo electrónico: gabrielaschiavoni4@gmail.com

2) Dr. Fabio Mura, Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) de la Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil.
Correo electrónico: fabiomura64@gmail.com

3) Dr. Sebastián Careño, Universidad Nacional de Quilmes/CONICET.
Correo electrónico: sebastian.careno@gmail.com

4) Dr. Eduardo Álvarez Pedrosian, Universidad de la República (DCHS-IC-FIC-Udelar) y Universidade de Sao Paulo (FFLCH-USP)

Correo electrónico: eduardo.alvarez@fic.edu.uy.

5) Dra. Ana Padawer, Universidad de Buenos Aires/CONICET.

Correo electrónico: apadawer66@gmail.com

Fundamentación

Algunos de los aportes mas estimulantes de la antropología contemporánea corresponden a perspectivas analíticas que, incorporando reflexiones sobre la materialidad y las prácticas en la vida social, proponen superar dicotomías fundantes del pensamiento occidental moderno tales como la oposición naturaleza-sociedad, sujeto-objeto y conocimiento científico-sentido común. Aportes previos y recientes a estas perspectivas analíticas se derivan de resultados elaborados desde campos de pesquisa tan diversos como aquellos vinculadas al estudio del consumo y las mercancías, a la antropología de las ciencias y la técnicas, el conocimiento práctico, la antropología del valor, de la arquitectura y el diseño de los entornos construidos, así como del material turn y otras relecturas contemporáneas del enfoque de cultura material.

Este Simposio reúne para la discusión a diferentes investigadoras/es cuyas producciones más recientes proponen diálogos y debates con estas perspectivas, que interrogan el papel de la materialidad y de las prácticas en la vida social, proponiendo efectuar una reflexión centrada en algunos desafíos conceptuales y metodológicos a los que se enfrentan cuando se trabajan estos abordajes desde la etnografía en los campos mencionados precedentemente.

Interesa profundizar en el enfoque etnográfico de los contextos de producción de conocimiento práctico vinculados a actividades productivas y técnicas de adquisición de bienes y alimentos (recuperadores urbanos, productores rurales, pueblos indígenas), donde un saber-hacer relacionado con la “naturaleza” y los objetos es integrado en la experiencia cotidiana de los sujetos con conocimientos provenientes de ámbitos científico-tecnológicos. Asimismo, interesa profundizar en la pluralidad de formas de coordinación social que entrelazan ámbitos institucionalizados (Estado, agencias de desarrollo, organizaciones) y regímenes de familiaridad (unidades domésticas, grupos de parientes, comunidades locales) en el contexto de dichas prácticas, y la construcción de mediaciones (distribución de conocimiento, poder, legitimidad, identidades) entre elementos (humanos o no) que se encuentran en la posición relacional de ser objetos de acciones frente a sujetos de las mismas acciones. Finalmente, en este Simposio se debatirán cuestiones metodológicas: el tipo de etnografía asociado a estas perspectivas toma como ejes el exceso

figurativo de la materialidad y la imposibilidad de la explicitación completamente verbal de las acciones. Se discutirá la traducción de las cosas y de las acciones en signos, atendiendo al significado que excede la conciencia lingüística del sujeto y se presenta en las relaciones de los sujetos en el mundo, donde la observación etnográfica desempeña un rol central. También se debatirá el papel de las cadenas operatorias para descripción de los procesos técnicos que relacionan el hombre con la materialidad.

En suma, las líneas de pesquisa aquí reunidas representan algunas propuestas sugerentes en un campo en evidente progresión. En tal sentido, el Simposio busca contribuir a dar visibilidad y promover intercambios a nivel de investigaciones que reflexionan sobre la materialidad y las prácticas de la vida social en y desde contextos latinoamericanos.

Simposio 8. La política del transcurrir: imaginación antropológica y teoría etnográfica desde el sur.

Participantes:

Dra. Ana Carneiro, PPGAS/MN/Universidade Federal do Rio de Janeiro, anacarcer@gmail.com.

Dra. Elizabeth Jiménez Cortés, Colectivo de Investigación El Kintral,
elyjimenezcortes@yahoo.com

Dra. Julieta Gaztañaga, CONICET, Instituto de Ciencias Antropológicas, FFyL, UBA,
satarsa@gmail.com

Dra. Julieta Quirós, CONICET, Instituto de Antropología de Córdoba, juquiros@hotmail.com,

Dra. María Inés Fernández Álvarez, CONICET, Instituto de Ciencias Antropológicas, FFyL, UBA,
mifernandezalvarez@gmail.com

Fundamentación

De uno u otro modo, algunas de las dificultades que enfrenta la antropología contemporánea (su retraimiento público, sus dudas ontológicas acerca de la intervención, la proliferación de

academicismos, las limitaciones para producir conceptos propios) expresa la convivencia tensa entre la fuerza centrífuga de la fragmentación teórica y la dinámica centrípeta de una hegemonía académica de agendas de investigación, prácticas de citas, criterios de relevancia y demás estándares implicados en la “producción de conocimiento” concebida y practicada en la actualidad. En este contexto, los diálogos etnográficos se han vuelto terrenos ambiguos: particularismos de casos y generalizaciones teóricas. La ciencia normal nos normaliza.

En el estudio de la política en particular, las especificidades empíricas de campos y temas de investigación han escalado los debates al punto de convertir puentes en brechas, y bifurcaciones en emboscadas. Este simposio surge de esta constatación: parecería que no nos une el debate conceptual sino la etnograficidad (término que proviene del neologismo inglés *ethnographicness*), que parece destinar los esfuerzos imaginativos de comprender el mundo social con nuestros interlocutores en reportes acerca de (cuanto más estrambóticos mejor). Este simposio es producto del encuentro de investigaciones en terrenos y temas a priori ‘separados’ (organizaciones y movimientos sociales, partidos políticos, sindicatos, cooperativas, oficinas y programas gubernamentales, entre otros) pero íntimamente emparentados, incluso de maneras inesperadas. Por un lado, se inserta en los esfuerzos de larga data de la disciplina por entender la heterogeneidad de las formas de la política, desarrollar una mirada holista capaz de atender a la imbricación de lo político en el (y como) proceso de la vida social, y ejercitar la desnaturalización de supuestos arraigados como el de la racionalidad, el cálculo egoísta y las estrategias maniqueas. Por otro lado, dialoga con aquellas discusiones contemporáneas preocupadas por restituir las potencialidades de la “teoría etnográfica” como herramienta y modo de producir reflexión conceptual. En el campo que nos ocupa, esa preocupación se traduce en la búsqueda de un abordaje e interpelación antropológicos –una/s teoría/s etnográficamente situada/s– de la política y el poder.

Proponemos explorar y debatir enfoques para el estudio antropológico de procesos políticos considerando dos aristas. Una consiste en tratar –conceptual, empírica y descriptivamente– a la política como proceso vivo; la otra, estudiar la creatividad en, desde, contra y a pesar del poder. Ambas se articulan en la vocación por ejercitar nuestra imaginación antropológica al abordar un conjunto de problemas que recorren, atraviesan y enmarañan las vicisitudes de lo que denominamos provisionalmente “la política del transcurrir”, entendiendo por ello los espacios, tiempos, acciones y relaciones que se dan a la par, por intermedio y “mientras tanto” los proyectos, obras, objetos, organizaciones y demás formas objetivadas de “materialización” de lo político se realizan –o no. Cuestión que suele –como sus condiciones y efectos– ser opacada por las preguntas elaboradas sobre ecuaciones instrumentales del tipo medios/fines, éxitos/fracasos, eficiencia/ineficiencia, etc. Focalizando en la importancia de tomar seriamente “la política del transcurrir”, el simposio reúne, sobre una textura etnográfica comparativa, debates surgidos de

estudios interesados en interrogar procesos políticos contemporáneos en nuestras latitudes.

Palabras claves: etnografía, teoría, política, poder, proceso

Simposio 9. Soberanías de la imagen: violencia y comunidad en América Latina.

Fundamentación:

El interés por la investigación sobre el lugar de las imágenes en los procesos políticos y sociales ha tenido un desarrollo creciente en la Antropología latinoamericana de las últimas décadas. Ya autores clásicos de la disciplina como Franz Boas, Marcel Mauss o Bronislaw Malinowski entre otros, repararon en él mediante la observación de los aspectos morfológicos y estéticos de las prácticas y las relaciones sociales. Muchas de las imágenes producidas en “sociedades primitivas” no tuvieron como objeto su exhibición poniéndose tanto esmero en su realización como en su custodia y ocultamiento. Se evidenciaba así que ellas no cumplían solo funciones emblemáticas o meramente representacionales sino que inscribían regímenes de visibilidad fundados y fundantes de lazos comunitarios.

Hoy esta perspectiva es compartida por la Historia del Arte y los Estudios Visuales y disciplinas afines. Los enfoques interdisciplinarios han permitido avanzar en el conocimiento de los diversos usos políticos de la imagen en las sociedades contemporáneas y constatar que la inscripción de regímenes visuales nunca es pacífica encontrándose en permanente redefinición. Es decir, se constituye en una peculiar arena donde la sociedad misma dirime su estructura y conflictos. Procesos como el colonialismo y el desarrollo de la sociedad de clases, característicos de la modernidad, han desplegado economías de la visión concomitantes especialmente notorias en el ensanchamiento del campo del arte, los medios masivos de comunicación y la escalada más reciente de los medios digitales.

Los casos en Europa de ataques terroristas como reacción a la difusión de caricaturas de Mahoma muestran en forma trágica la actualidad de este tipo de régimen en clave intercultural. El ejemplo expone crudamente también cómo el dominio por las imágenes suele superponer los campos de la política, el arte, la creencia y la religión donde el enfoque antropológico se ha mostrado especialmente apto para su comprensión.

La historia del colonialismo en América no estuvo exenta de estos procesos. La imagen expresa su especial soberanía en ese terreno desde la llamada extirpación de idolatrías en pueblos indígenas

hasta una regular representación visual del otro colonial y el diseño de sus estereotipos. Los contextos nacionales, antes que rupturas de esas economías visuales, fueron escenarios de su transferencia y afianzamiento. Al mismo tiempo, consecuentes acciones de apropiación, resemantización, impugnación y resistencia no han dejado de producir posturas alternativas. El simposio “Soberanías de la imagen. Violencia y comunidad en América Latina” se propone el abordaje de dicha problemática en la región a través de la exposición de casos, tanto históricos como contemporáneos, exponiendo propuestas teóricas al debate interdisciplinario por parte de académicos relevantes de la región.

Palabras Clave: Imagen, Antropología, soberanía, violencia, comunidad.

Postulantes

Coordinador:

Dr. Carlos Masotta (UBA-CONICET - Argentina)

Mail: cmasott@hotmail.com

Expositores:

-Dra. Margarita Alvarado y Dra. María Paz Bajas (Pontificia Universidad Católica de Chile - Chile)

Mail: malvarap@uc.cl

-Dra. Cornelia Eckert (Universidad Federal de Río Grande del Sur - Brasil)

Mail: chicaeckert@gmail.com

-Dra. Cora Gamarnik (Universidad de Buenos Aires - Argentina)

Mail: coragamarnik@gmail.com

-Dr. L. Nicolás Guigou, (Universidad de la República - Uruguay)

Mail: guigou.nicolas@gmail.com

-Dra, Marta Penhos (Universidad de Buenos Aires - Argentina)

Mail: martapenhos@yahoo.com.ar

Simposio 10. Etnización, (pos)colonialidad y biopolítica: abordajes genealógicos y etnográficos.

Coordinadores:

Eduardo Restrepo

Leticia Katzer

La circulación de motivos foucaultianos en el ámbito de las ciencias sociales y de las investigaciones empíricas en las últimas décadas es notable. Dentro de un vasto campo, que abarca contextos de estudio geopolíticos y temporales muy diversos, dichas investigaciones en el universo de la etnicidad adquieren particularidades y vienen constituyendo un dominio de saber específico. Con la multiplicación de comunalizaciones jurídicas y corporalizaciones públicas de adscriptos étnicos como así también de su agrupamiento técnico-científico en “colectivos bio-sociales” en Latinoamérica, se enhebran un conjunto de teorías étnico-políticas tramadas en el punto de sutura de las semánticas de la crítica biopolítica y genealógica, la crítica pos/decolonial y en menor medida, o con menos desarrollo, la deconstrucción.

A la vez que la gestión de la diferencia cultural étnica, en tanto asunto científico y asunto de Estado, inscribe formulaciones jurídico-políticas y delimita formas de subjetivación más o menos ontologizadas según distintos contextos, toda una gama de prácticas, formas de sociabilidad, lenguajes que se excluyen de su misma definición, y que por el mismo motivo se invisibilizan, se tornan “espectrales”, se nos aparecen como lo más significativos en las rutinas e iniciativas étnicas por fuera de las “trayectorias públicas”. En este punto, creemos que la reflexión epistemológica “poscolonial-decolonial” rearticulada a la deconstrucción derridiana, posibilita un terreno fértil para su lectura.

En el marco de la articulación analítica entre gubernamentalidad, biopolítica y colonialidad la propuesta de este simposio es delimitar el universo de la etnicidad “entre” sus “eventualizaciones” con un doble propósito. Por un lado, reunir reflexiones y análisis que apunten a inscribir estas genealogías teóricas en el campo de la teoría de la etnicidad y las etnografías. Por otro, propiciar un espacio para la exposición y articulación de registros desde cuadros de referencia situacionales concretos en ámbitos nacionales y regionales diversos.

PALABRAS CLAVE: ETNIZACIÓN; BIOPOLÍTICA; COLONIALIDAD; ETNOGRAFÍA

Integrantes

Eduardo Restrepo

Director Maestría en Estudios Culturales- Departamento de Estudios Culturales

Facultad de Ciencias Sociales

Email: restrepoe@javeriana.edu.co/eduardoa.restrepo@gmail.com

Leticia Katzer

Investigadora asistente de CONICET. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Cuyo-Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas.

Centro Universitario.

Email: lkatzer@mendoza-conicet.gob.ar

Julio Arias

PhD(c) The Graduate Center/CUNY.

Email: julioariasvanegas@gmail.com

Patricio Lepe-Carrión.

Universidad de Chile. (Departamento de Estudios Pedagógicos).

Email: patriciolepe@gmail.com.

Simposio 11. Universidades Latinoamericanas: las políticas de inclusión social de la última década.

La propuesta presenta los resultados obtenidos en el Proyecto de Alcance Regional: “Universidades Latinoamericanas. Sus transformaciones en el marco de las políticas regionales de la última década.”, Programa Nacional “Hacia un consenso del sur para el desarrollo nacional con inclusión social”. Subsecretaría de Gestión y Coordinación de Políticas Universitarias. Ministerio de Educación de la Nación.

El objetivo principal es caracterizar los procesos de crecimiento e inclusión social que tuvieron lugar en la última década en Bolivia, Venezuela, Uruguay y Argentina, para ponerlos en relación con las innovaciones que se produjeron en las Universidades Nacionales y Públicas de cada país. Consideramos que nos enfrentamos a un problema político regional de relevancia: nos pone en alerta el nuevo embate que se presenta contra nuestra región desde los reposicionamientos de la derecha globalizada, que tiende a desplazar y a debilitar a los armados instituidos en la década

pasada por las políticas implementadas en la mayoría de los países latinoamericanos (La Alianza del Pacífico reseñada críticamente por Alfredo Serrano Mansilla: “La débil Alianza Pacífico” y por Emir Sader: “La continuidad posneoliberal”, en Página 12, 20/09/2013).

Pensamos que en el ámbito de los Sistemas Universitarios de cada uno de nuestros países se produjeron innovaciones que tenían como objetivo la inclusión de mayores sectores de población a las universidades públicas. Estas innovaciones, estos procesos, de distinta raigambre y aceptación crítica en cada país cumplieron su objetivo fundamental: la excelencia universitaria, caracterizando a la misma, no desde los parámetros de las élites, sino desde el criterio de llegar con la educación superior a mayor cantidad de población, respetando la calidad de la enseñanza, y una determinada orientación ideológico-política de la misma.

Porque pensamos que en la última década, las políticas de crecimiento económico se articularon con las políticas de inclusión social y que esto se dio de manera muy especial en nuestra región latinoamericana, en momentos en que estallaba la crisis mundial de 2008 que marca un punto de inflexión, en la historia reciente, y a partir del cual pueden cambiar las hegemonías mundiales, que estos complejos procesos se están desarrollando en este momento y que son de incierto desenlace.

En momentos, también en los que la derecha anuncia programas de crecimiento con desarrollo.

Queremos discutir teórico-empíricamente la diferencia entre inclusión social y desarrollo.

Ante esta situación brevemente consignada consideramos de suma importancia encarar la caracterización comparada de la década pasada en diversos países de la región: Argentina, Uruguay, Bolivia y Venezuela, en cada uno de los cuales contamos con equipos constituidos por haber trabajado conjuntamente en Programas PPUA desde 2008. Los ámbitos sectoriales a analizar en cada uno de estos Estados son las Universidades Públicas y las transformaciones que se han dado en las mismas en relación con las transformaciones político-económicas y socio-culturales que tuvieron lugar durante la década pasada: caracterizar la década 2000-2010, en la Argentina, Venezuela, Uruguay y Bolivia, sistematizando los principales acontecimientos económicos, políticos y socio-culturales producidos y hacerlo, tomando como fuentes tanto las que nos proporcionan datos cuantitativos como cualitativos.

Palabras Clave: transformaciones regionales, inclusión social, universidad pública, crecimiento económico, distribución del ingreso.

Postulantes:

Lic. María Fernanda Hughes. Ciclo Básico Común. Universidad de Buenos Aires.
fernandahughes@yahoo.com.

Dra. Ivanna Lys Petz. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires.
saccioncomunitaria@filo.uba.ar

Lic. Eduardo Paz Rada. Universidad Mayor de San Andrés- La Paz- Bolivia.
eduardo.pazrada@gmail.com

Dr. Humberto Tommasino. Universidad de La República- Montevideo htomasino@gmail.com.

Lic. Tania Libertad Eliaz Guevara. Universidad Bolivariana de Venezuela- Caracas.
taniaeliaz@yahoo.es.

Simposio 12. ¿Nuevos paradigmas o nuevas realidades? Cuestionando la imagen establecida de las religiones en y desde el Mercosur

Palabras clave

Religión - teoría - modernidad - secularización - individuo

Coordinador y expositores:

Dr. Alejandro Frigerio

Afiliación institucional: FLACSO/UCA/CONICET (Argentina)

E-mail: alejandrofrigerio@gmail.com

Dr. Ari Pedro Oro

Afiliación institucional: PPGAS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

E-mail: arioro@uol.com.br

Dr. Nicolás Guigou

Afiliación institucional: Dpto. de Ciencias Humanas y Sociales, FIC, Universidad de la República (Uruguay)

E-mail: guigou.nicolas@gmail.com

Dr. Pablo Semán

Afiliación institucional: UNSAM/CONICET (Argentina)

E-mail: pabloseman@hotmail.com

Dr. Emerson Giumbelli

Afiliación institucional: PPGAS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

E-mail: emerson.giumbelli@yahoo.com.br

Fundamentación

En los últimos años varios trabajos producidos por autores de países del Mercosur han comenzado a desarrollar importantes críticas a las visiones establecidas sobre las modalidades de la religión en el área. Como fruto de una dilatada herencia conceptual -tanto desde la antropología como la sociología- las perspectivas tradicionales resaltan preeminentemente los aspectos cognitivos de las "religiones" y sobre-enfatizan su sistematicidad, asignándole a ésta un nivel necesario de desarrollo y coherencia que pocas veces es compartido por los fieles. Sobrevaloran la incidencia del catolicismo (especialmente en su versión institucional) en la vida cotidiana de los creyentes, ignorando otras modalidades de construcción de imaginarios religiosos (entre los cuales cabe mencionar las industrias culturales, internet, las redes sociales). Aunque no necesariamente unívocas -presentan variantes en los distintos países- estas perspectivas producen imágenes estereotipadas que limitan nuestra adecuada comprensión de la manera en que los creyentes adquieren sus creencias, desarrollan sus prácticas y valoran las experiencias que conciben como "religiosas". De la misma manera en que no brindan adecuada cuenta del presente, ofrecen visiones distorsionadas del pasado y no permiten comprender claramente los desarrollos novedosos. La prolongada sobre-enfatización en los análisis académicos de niveles necesarios de institucionalidad religiosa se ve actualmente correspondida por un énfasis similarmente desmedido sobre la búsqueda/experiencia religiosa no institucionalizada, enfatizando exageradamente los bricolajes y sincretismos personales. Las teorías parecen oscilar así entre sujetos sobre-socializados (en nuestro pasado) o sobre-individualizados (en nuestro presente y futuro), que parecen poder dispensar de la necesidad de todo grupo religioso. Tomando en cuenta estas limitaciones, la mesa presenta nuevas miradas por parte de académicos de larga trayectoria en el tema, que evalúan críticamente los usos y definiciones del concepto de "religión" que han predominado localmente, intentan trascender la polaridad algo artificial que suele establecerse entre "individuo" e "institución", reconceptualizan "lo popular" y su relación con matrices culturales y con "otras lógicas" de acción, y brindan una mirada de los sujetos más atenta a su inserción en grupos lábiles, redes y contextos sociales -con atención a la estructura y la coyuntura-. Replantan, asimismo, las relaciones que, localmente, los académicos suelen establecer entre la modernidad, la secularización y la(s) religión(es) y procuran

brindar versiones más fieles a las modalidades contemporáneas que éstas adoptan.

Simposio 13. Sexo, afectos y dinero

Este simposio propone un espacio de discusión acerca de las intersecciones complejas entre sexo, afectos y dinero, a partir de estudios de caso de corte etnográfico realizados en Argentina, Brasil y España, y abordados desde una perspectiva de género —que complejice el tema del poder y las jerarquías al igual que las cuestiones étnicas, de clase, de edad, de nacionalidad, sexuales, y otras, con las que el género se intersecta y se despliega de manera inseparable. Con ello, pretendemos problematizar militancias lésbicas y feministas, economías sexuales; considerando sexo comercial y sexo transaccional y políticas de Estado.

Tradicionalmente lo público y lo privado se han construido como esferas separadas y supuestamente naturales de uno u otro género, asignando a las mujeres el espacio de lo doméstico (lo privado, la familia, el sexo y la afectividad) y reservando para los varones la gestión del espacio público (la política, el mercado). Las feministas han cuestionado y problematizado la división público-privado, visibilizando las relaciones de poder y criticando la división de esferas en tanto ficción ideológica.

Así, el mundo de los afectos y del sexo, de lo supuestamente íntimo, por un lado, y la economía y la política, por el otro, han sido considerados mundos autónomos y antagónicos, “hostiles” en términos de Viviana Zelizer; cuando, en verdad, las prácticas económicas y políticas son parte constituyente de las relaciones íntimas. A la vez, la afectividad es una dimensión importante de la política, de las militancias así como de otras prácticas de organización política. Es, si se quiere, co-constructora de la experiencia política.

Así pues, este simposio, con base en trabajos realizados por las investigadoras a lo largo de varios años sobre pensamiento y prácticas feministas, economías sexuales en contextos de rápida transformación y prisiones femeninas en diferentes Estados-Nación, pretende problematizar las formas en que, el dinero, el sexo y la afectividad se imbrican de manera compleja en la creación y re-creación de vínculos, papeles de género, relaciones sociales y prácticas políticas.

Palabras clave: sexo, afectos, dinero, feminismos, economías sexuales, políticas de Estado

Participantes:

Dra. Mónica Tarducci

Departamento de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

E- mail: latardu@gmail.com

Dra. Adriana Piscitelli

Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Universidade Estadual de Campinas y Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

E-mail: piscitelliadriana@gmail.com

Dra. Deborah Daich

Investigadora Adjunta CONICET- Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas.

Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género

E- mail: deborahdaich@yahoo.com.ar

deborahdaich@conicet.gov.ar

Dra. Natália Corazza

Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Universidade Estadual de Campinas

E-mail: nataliacorazzapadovani@gmail.com

Simposio 14. Sexualidad y justicia: reconstruyendo una agenda de investigación

Si las luchas y recientes conquistas democráticas en el campo de los denominados derechos sexuales son por un lado efecto/instrumento de un amplio proceso de secularización, de producción de nuevos sujetos y de formas particulares de politización; por otro lado el carácter ritual de sus manifestaciones en tanto contienda pública y hecho colectivo, así como los intensos compromisos íntimos que sus luchas generan, nos llevan a interrogar las oposiciones y dicotomías sobre las cuales su interpretación convencionalmente se monta: ¿La moral religiosa es siempre un obstáculo para la libertad sexual? ¿Toda ciencia debe ser secular? ¿Todo derecho democrático debe tener base científica? ¿Es responsabilidad de los ‘disidentes sexuales’ (personas transgénero, prostitutas, libertinos, homosexuales, etc.) asumir la vanguardia de una revolución sexual? ¿La prostitución y la pornografía están condenadas a reproducir relaciones de sometimiento, o bien –bajo la misma lógica– comprometerse con su abolición? ¿Qué implican las conquistas en materia de acceso a la

reproducción asistida en un contexto de persistente criminalización del aborto? Esta mesa reúne estudiosas/os de diferentes disciplinas que en sus investigaciones empíricas han interrogado cada uno de esos lugares comunes de modo de tornarlos problemas antropológicos. Frente a temas de indudable actualidad, esta propuesta busca explorar el revés analítico de una trama frecuentemente clausurada en los términos de la contienda agónica; paso imprescindible para la reconstrucción de una agenda de investigación etnográfica que explore las complejas conexiones activas entre sexualidad, moralidad y política.

Palabras clave: Sexualidad; Política; Justicia; Derechos Humanos; Moralidad.

Participantes

Juan Marco Vaggione -Sexualidad y movimientos religiosos

Juan Marco Vaggione es investigador independiente del CONICET, profesor de la Universidad Nacional de Córdoba, donde dirige el Programa en Derechos Sexuales y Reproductivos de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Formado en Derecho y Ciencias Sociales, tiene títulos de Maestría y Doctorado en Sociología. Investiga sobre derechos sexuales y reproductivos, secularismo, religión y política. Ha publicado dos libros en coautoría, tres compilaciones y decenas de capítulos de libros y artículos en revistas.

Contacto: juanvaggione@yahoo.com

Ernesto Meccia -Sexualidad, memoria y narración

Ernesto Meccia es sociólogo, profesor regular de grado y postgrado de la UBA y de la UNL, autor de La cuestión gay. Un enfoque sociológico(Gran Aldea, 2006), Los últimos homosexuales. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad(Gran Aldea, 2011) y numerosos capítulos de libros y artículos en revistas. Con una perspectiva micro sociológica investiga las macro transformaciones de la homosexualidad en las últimas décadas.

Contacto: ernesto.meccia@gmail.com

María Elvira Díaz Benítez -Arte, mercado, erotismo y política

María Elvira Díaz Benítez es profesora adjunta regular del Programa de Postgrado en Antropología Social del Museo Nacional, Universidad Federal de Rio de Janeiro. Tiene título de grado en antropología por la Universidad Nacional de Colombia, maestría y doctorado por el Museo Nacional/UFRJ y postdoctorado en el Núcleo de Estudios de Género Pagú, de la UNICAMP. Es autora de *Nas Redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro* (Zahar, 2010) y compiladora de *Prazeres Dissidentes* (Garamond, 2009). Investiga sobre políticas de identidad, sexualidad y articulaciones entre raza, clase y género, pornografía, cuerpos y prácticas sexuales disidentes.

Contacto: blueananse@yahoo.com

Lucía Ariza -Ciencia, cuerpo y diferencia

Lucía Ariza se desempeña en el Área Monitoreo e Investigación de la Defensoría del Público de la Nación y es miembro del Grupo de Estudios sobre Sexualidades (IIGG/UBA). Es socióloga (UBA), con maestría en Sociología de la Cultura y Análisis Cultural (IDAES/UNSAM) y doctorado en Sociología (Goldsmiths College, University of London). Investiga sobre reproducción asistida, infertilidad y desarrollos recientes en ciencia, tecnología y salud en la Argentina.

Contacto: lucia.ariza@gmail.com

Diego Sempol -Sexualidad, movimientos sociales y política de estado

Diego Sempol es docente e investigador del Instituto de Ciencia Política (FCS) de la Universidad de la República (UdelaR), integrante del Sistema Nacional de Investigadores del Uruguay y Coordinador del Área Académica Queer Montevideo. Es historiador (IPA), con postgrado en História Contemporânea (CLAEH) y doctorado en Ciencias Sociales (IDES/UNGS). Ha publicado extensamente sobre activismo sexual en Argentina y Uruguay y es autor de *De los baños a la calle. Historia del movimineto lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013)* (Random House Mondadori, 2103).

Contacto: sempoldiego@gmail.com

* * *

Organiza y coordina: Horacio Sívori

Horacio Sívori es profesor adjunto regular del Programa de Postgrado en Salud Colectiva del Instituto de Medicina Social, Universidad del Estado de Rio de Janeiro y coordinador general del Centro Latinoamericano en Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM/IMS/UERJ). Antropólogo (UNR), con maestría por la New York University y doctorado por el Museo Nacional/UFRJ, es autor de Locas, chongos y gays. Sociabilidad homosexual masculina durante la década de 1990 (Antropofagia, 2005), compilador de The Sexual History of the Global South (Zed Publishers, 2013, con Saskia Wieringa), coeditor de la serie monográfica Sexualidades (IRN/CLAGS/CUNY), así como de numerosos volúmenes colectivos, artículos de revista y capítulos de libro. Investiga sobre género, sexualidad, saberes eruditos y activismo sexual.

Contacto: Horacio Sívori, Instituto de Medicina Social, UERJ

email: hfsivori@gmail.com - hfsivori@ims.uerj.br

Simposio 15. Estudos sobre desastres, conflitos e crises em perspectiva comparada: Quais as contribuições da Antropologia?

FUNDAMENTAÇÃO:

Nas últimas décadas, a antropologia social demonstrou um interesse particular pelos estudos das crises, dos desastres e dos conflitos sociais analisando as formas como as populações afetadas representam e atuam sobre o impacto sofrido. Configurados como eventos críticos, eles provocam uma discontinuidade da ordem social, da vida cotidiana dos indivíduos e são situações permeadas por repentina perda e causas de insegurança e medo. Estes fenômenos são multidimensionais e interligam as dimensões sociais, políticas, jurídicas, econômicas e encerram múltiplos significados culturais. As rupturas provocadas no tecido social e os processos de resiliência interligam os níveis locais, regionais, nacionais e, muitas vezes, transnacionais. A partir de pesquisas de caráter etnográfico, centradas no incêndio da Boate Kiss (Brasil) e de Cromañón (Argentina), no desastre radioativo de Goiânia (Brasil), nos processos de memória coletiva da violência do apartheid na África do Sul, nos processos de paz na Colômbia e nas experiências e respostas dos indivíduos que se identificaram como classe média durante a crise econômica e política dos anos 2001-2002 na Argentina, este simpósio objetiva analisar o estado da arte dos estudos antropológicos sobre desastres e crises, e discutir a contribuição recente da Antropologia para o entendimento desses

eventos. Algumas questões se colocam para discussão: Como se manifestam as relações entre populações, agências estatais, socorristas e as organizações da “sociedade civil” na gestão desses eventos? Como se dá atuação dos diversos sistemas peritos? Como os marcadores sociais da diferença como gênero, classe social, idade, etnia e sexualidade interferem na experiência e na gestão desses eventos? Como se materializam os processos de memória? Como a noção de risco é construída pelos diversos atores sociais que vivenciam estes eventos? No caso dos desastres produzidos em contexto tecnológico, como se dá a produção do conhecimento na intersecção entre desastre, tecnociência e a reflexão antropológica? Como estes eventos configuram a formação de novos sujeitos sociais? Embora as questões sejam muitas, a reflexão proposta tem como eixo central problematizar o lugar ocupado pela antropologia no campo multidisciplinar dos estudos sobre rupturas sociais e quais são as suas possíveis contribuições para a gestão de tais situações.

Palavras-Chave: Desastres; crises; conflitos; violência; memória, eventos críticos.

COORDENADORES:

Sergio E. Visacovsky

* Institución de Pertenencia: Centro de Investigaciones Sociales (CIS) – Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) – Buenos Aires - Argentina

* Correo Electrónico: seredvisac@gmail.com

Telma Camargo da Silva

* Institución de Pertenencia: Universidade Federal de Goiás - UFG (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Goiânia – Goiás – Brasil. <http://www.cienciassociais.ufg.br/pos-antropologia>

*Correo Electrónico: telcamargos@gmail.com

*Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5600367671251186>

COMENTARISTA

Susann Baez Ullberg

* Institución de Pertenencia: CRISMART – Universidad de Defensa de Suecia. Investigadora

visitante do Centro de Investigaciones Sociales (CIS) – Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) / Consejo de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) – Buenos Aires - Argentina

* Correo Electrónico: susann.baez.ullberg@fhs.se

EXPOSITORES

CUÉLLAR, Alejandro Castillejo

* Institución de Pertenencia: Universidad de los Andes – Departamento de Antropología

* Correo Electrónico: alecastillejo@gmail.com

SILVA, Telma Camargo da

* Institución de Pertenencia: Universidade Federal de Goiás - UFG (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Goiânia – Goiás – Brasil. <http://www.cienciassociais.ufg.br/pos-antropologia>

*Correo Electrónico: telcamargos@gmail.com

- Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5600367671251186>

VICTORA, Ceres

*Intitución de pertenencia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Brasil

*Correo Electrónico: ceresvictora@gmail.com

VISACOVSKY, Sergio E.

* Institución de Pertenencia: Centro de Investigaciones Sociales (CIS) – Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES) / Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) – Buenos Aires - Argentina

* Correo Electrónico: seredvisac@gmail.com

ZENOBI, Diego

* Intitución de pertenencia: UBA - CONICET

* Correo Electrónico: diegozenobi@yahoo.com

Simposio 16. Interculturalidad, educación y escuela. Niños y jóvenes indígenas y migrantes en Brasil, Perú, Paraguay y Argentina.

Ames, Patricia

Instituto de Estudios Peruanos y Pontificia Universidad Católica del Perú

pames@iep.org.pe

Bergamaschi, Maria Aparecida

FACED – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6634410343670618>

cida.bergamaschi@gmail.com

Hecht, Ana Carolina

CONICET – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

anacarolinahecht@yahoo.com.ar

Novaro, Gabriela

CONICET – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

gabriela.novaro@gmail.com

Renfelth, Marilin

Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguay

mrehnfel@rieder.net.py

Fundamentación

La situación de las poblaciones indígenas y migrantes viene siendo objeto de creciente interés en los estudios de la región. Estos colectivos han adquirido notable visibilidad, reivindicado derechos básicos y particulares, y se han constituido en objeto de nuevas modalidades de intervención del Estado. Sin embargo, el panorama social y educativo de las jóvenes generaciones merece aún estudios sistemáticos y sostenidos.

Este simposio busca compartir una perspectiva comparativa sobre la situación educativa de la

población indígena y migrante en la región, identificando los principales avances en la investigación de la problemática y los desafíos pendientes. Se pondrá particular atención en dos cuestiones que, con expresiones particulares en los distintos países, constituyen aspectos centrales para caracterizar el modo en que la problemática se define en los últimos años:

- La consolidación y legitimación de discursos multiculturales en el Estado; y los alcances y limitaciones de las modificaciones en las propuestas de educación común y el surgimiento de modalidades de educación intercultural y bilingüe. Especialmente, se atenderán los desafíos que esto plantea en las situaciones escolares concretas
- La creciente atención a la niñez y la formación de las jóvenes generaciones dentro de las demandas de las organizaciones de colectivos indígenas y migrantes que en el campo educativo se expresan recurrentemente en torno reivindicaciones de reconocimiento de distintividad e inclusión en condiciones de mayor igualdad.

Este Simposio procura aportar al campo antropológico desde la temática específica. Se considerará por ello la vinculación de la formación de las jóvenes generaciones con cuestiones tradicionalmente discutidas en los desarrollos antropológicos de los distintos países: los contextos de diversidad cultural y desigualdad social, la transmisión y reproducción cultural, los procesos de identificación étnica y nacional, la relación entre las generaciones, los sentidos de lo educativo en poblaciones diversas etc.

Se pondrá especial atención en las implicancias de las reformulaciones de las políticas educativas y la persistencia de formas tradicionales del nacionalismo y de un modelo civilizatorio etnocéntrico y excluyente. Con particularidades, en cada contexto nacional se ha venido desarrollando un debate sobre el reconocimiento de la educación intercultural como modalidad particular y diferenciada dentro de los sistemas educativos. Estas nuevas modalidades, están permanentemente cruzadas por la tensión entre ser respuesta a la demanda de reconocimiento de la diversidad y resultar funcionales a la mayor fragmentación y desigualdad educativa. Por ello, este simposio permitirá actualizar los debates acerca de alcances y limitaciones de las propuestas de inclusión social de la escuela común en su articulación con el reconocimiento de los particularismos étnico-nacionales.

Asimismo constituye un desafío compartir avances en un terreno mucho menos explorado: el conocimiento de los sentidos de lo educativo y lo escolar en poblaciones diversas. Esperamos que ello se transforme en un insumo en el acompañamiento de sus reivindicaciones y sus luchas.

Palabras claves: educación, indígenas, migrantes, Latinoamérica

Simposio 17. Estudios Migratorios en Latinoamérica. Perspectivas

comparadas.

Fundamentação da temática:

En los últimos años, los estudios sobre las migraciones han cobrado un renovado impulso en todo el mundo. A la par de las profundas transformaciones que los Estados nacionales experimentaron en el marco de la así llamada globalización, nuevos problemas y nuevos enfoques resignifican este campo de estudio. En efecto, en un contexto histórico donde las fronteras nacionales adquieren nuevas dinámicas vinculadas a las transformaciones en la economía mundial, los cambios culturales y tecnológicos, el surgimiento de redes asociativas transnacionales y/o por la emergencia de marcos políticos supranacionales, el tópico de la migración vuelve a instalarse con fuerza en el centro de la escena política e intelectual.

En América Latina existe un sistema migratorio complejo que históricamente ha sido el escenario de movimientos poblacionales a gran escala. El creciente número de investigaciones en torno a estas migraciones han contribuido a fortalecer el conocimiento sobre este campo de estudio y dejar sentada la importancia de esta problemática en la construcción de conocimiento y en la sociedad civil.

Es por ello que numerosas Universidades latinoamericanas han incorporado esta área del conocimiento a sus líneas de investigación prioritarias, en un afán por conocer mejor la realidad actual de los países de la región, realizar diagnósticos, diseñar respuestas y extender sus hallazgos y propuestas a la comunidad civil y política. Este simposio propone la construcción de un espacio que abra el debate y la investigación en torno a los enfoques que se proponen en la actualidad para el abordaje del fenómeno de las migraciones.

Palavras-chaves:

- Migraciones
- Latinoamérica
- Derechos
- Políticas Migratorias

Nombre	Lucila Nejamkis
Institución a la que pertenece	Universidad Nacional Arturo Jauretche
Correo electrónico	lnejamkis@unaj.edu.ar

institucional	
Correo electrónico personal	luchi_nejamkis@hotmail.com

Nombre	Natalia Gavazzo
Correo electrónico personal	navegazzo@yahoo.com

Nombre	Helion Póvoa Neto
Institución a la que pertenece	Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) - IPPUR/ UFRJ
Correo electrónico institucional	niem.migr@gmail.com
Correo electrónico personal	helionpovoaneto@gmail.com

Nombre	Maria Regina Petrus Tannuri
Institución a la que pertenece	Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) – IPPUR / UFRJ
Correo electrónico personal	reginapetrus@terra.com.br

Nombre	Alfonso Ramiro Hinojosa Gordonava
Institución a la que pertenece	Universidad Mayor de San Andrés-CIDES
Correo electrónico institucional	cides@cides.edu.bo
Correo electrónico personal	alfhg67@gmail.com

Simposio 18. Administração de conflitos e sentidos de justiça: de afetos, valores morais, mediações a arranjos sociais

A proposta deste Simpósio Temático é reunir pesquisadores que analisem processos sociais de administração de conflitos, seja no âmbito institucional do Estado seja por meio de outros contextos não propriamente formais, considerando as diferentes práticas, valorações e repertórios discursivos relacionados à Segurança Pública e às demandas por direitos, mediação de conflitos e realização de justiça. Desta forma, busca-se também ampliar e consolidar o debate presente na interface entre Antropologia e Direito, na qual dimensões do afeto, gramáticas e teses morais, questões de gênero, direitos coletivos e sentidos de justiça ganham relevo tanto no campo acadêmico quanto no campo jurídico e dos movimentos sociais. Destacamos que, desde a década de 1990, antropólogos no Mercosul têm desenvolvido pesquisas que tangem temas vinculados ao campo do Direito e têm atuado como peritos, tanto em laudos judiciais como em consultorias em organizações do Estado e não governamentais e junto a movimentos sociais.

Esta proposta reflete, igualmente, os esforços de intercâmbio institucional no âmbito do INCT-InEAC/Nufep/UFF, bem como nos fóruns de congressos e reuniões de Antropologia e das Ciências Sociais na América Latina, especialmente nos marcos do Mercosul. Propomos, portanto, um intercâmbio com pesquisadores de distintas regiões da Argentina e do Brasil para traçar uma linha de comparação e parcerias dialógicas que possibilitem a troca de perspectivas ou de visões interpretativas entre pesquisadores e comunidades de antropólogos no âmbito do Mercosul. Para tratar tais questões serão apresentadas pesquisas empíricas relativas à abordagem policial considerando o recorte racial no Brasil; à territorialidade e sentidos de justiça em conflitos de vizinhança em cidade média na Argentina; ao uso da mediação de conflitos judiciais e pré-judiciais em Buenos Aires e Rio de Janeiro; administração e regulação de conflitos em bairros e vilas de Buenos Aires; modos de administração de conflitos no âmbito da Mediação Penal em Salta, Argentina.

Proponentes:

Fabio Reis Mota

reismota@gmail.com

Professor do Departamento e da Pós-Graduação em Antropologia da UFF; Pesquisador associado ao INCT-InEAC/Nufep/UFF.

Doutor em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.Brasil

Título ponencia: O Estado contra a sociedade: notas antropológicas sobre a abordagem policial e a filtragem racial no Brasil

Juan Pablo Matta

juanpablomatta@gmail.com

Professor e Pesquisador da UNIVERSIDAD NACIONAL DE CENTRO e pesquisador colaborador do INCT-InEAC/Nufep/UFF (por Argentina).

Doutor em Antropologia, UBA/ARGENTINA

Título ponencia: Territorialidades, sentidos de justicia y conflictos vecinales en el marco de un dispositivo institucional de administración de conflictos en una ciudad media.

Kátia Sento Sé Mello

ksemello@gmail.com

Professora Departamento Política Social e do PPGSS da ESS/Universidade Federal do Rio de Janeiro; Pesquisadora associada ao INCT-InEAC/Nufep/UFF

Doutora em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Brasil.

Título ponencia: Mediação de conflitos e voluntariedade: olhares cruzados entre Rio de Janeiro e Buenos Aires

María Victoria Pita

mpita@conicet.gov.ar / mariapita@gmail.com –

Investigadora Adjunta del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Profesora Adjunta Regular del Departamento de Ciencias Antropológicas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Profesora y miembro de la Comisión de Doctorado del Doctorado en Derechos Humanos de la Universidad Nacional de Lanús.

Investigadora INCT/InEAC-UFF (por Argentina)

Dra. en Filosofía y Letras con mención en Antropología Social por la Universidad de Buenos Aires

Título ponencia: Violencia(s), administración y regulación de conflictos y sentidos de justicia en barrios y villas de la Ciudad de Buenos Aires

Mariana Inés Godoy

mariananes@gmail.com / marianagodoy@conicet.gov.ar

Becaria Posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en Argentina. Profesora de la Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Salta-Argentina.

Investigadora INCT/InEAC-UFF (por Argentina)

Dra. en Antropología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires

Título da ponencia: Conflictos y reconfiguraciones en los modos de administración de conflictos y de la violencia cotidiana a partir de la Mediación Penal en Salta-Argentina.

SIMPOSIO 19. ESCENARIOS Y PERSPECTIVAS DE LA SALUD EN EL MERCOSUR. ETNOGRAFIA DE LA VULNERABILIDAD

FUNDAMENTACIÓN TEMÁTICA

La propuesta incluye un estado de situación de los estudios en Antropología de la Salud desarrollados en la última década en países del Mercosur, contando con la experiencia de los panelistas de Argentina, Brasil y Uruguay; asimismo se tratarán visiones innovadoras desde la disciplina, formas de responder a desafíos de escenarios regionales y locales.

Se abordarán temas, problemas, enfoques, metodologías, demanda de estudios y/o peritajes interdisciplinarios, también puntos o aspectos que aún no han tenido profundización antropológica y que por lo tanto deberían captar atención de jóvenes antropólogos/as.

El Simposio constituye un ejercicio de sistematización que a su vez permita abrir una agenda de proyectos regionales, estimulando el interés antropológico desde la formación de grado, así como la especialización de posgrados en temas de salud humana, que en un plano genérico, puntual o emergente tienen que tomar en cuenta contextos socio-históricos, culturales, médico-institucionales, y ya no admiten ser tratados de una forma excluyente desde el conocimiento biomédico.

Un aspecto que resulta de las trayectorias y trabajos de los investigadores que proponen el Simposio, es precisamente el tratamiento de los diversos temas en diálogo - con visión crítica y vigilancia epistemológica -, con una diversidad de disciplinas. La investigación de campo, el contacto directo con actores y escenarios, habilita la revisión permanente de la adaptación y vigencia de marcos teóricos, de estrategias de trabajo. La apuesta es incrementar intercambios entre investigaciones, entre centros y programas de investigación, facilitar consultas cruzadas, dentro y fuera de cada país, comparando resultados y producción creativa disciplinaria, fortaleciendo la valoración de su capacidad analítica e interpretativa.

PALABRAS CLAVE: ANTROPOLOGÍA DE LA SALUD, MERCOSUR, ETNOGRAFÍA, VULNERABILIDAD, INTERDISCIPLINA

POSTULANTES/PANELISTAS

María Susana Ortale, Directora del Centro de Estudios en Nutrición y Desarrollo Infantil
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de La Plata, ARGENTINA

Email: ortalemarias@speedy.com.ar

Marcos César de Freitas, Coordinador del Programa de Pos-graduación en Educación y salud en la Infancia y en la Adolescencia.

Universidad Federal de San Pablo, UNIFESP, BRASIL.

Email: marcos.cezar@unifesp.br

Susana Margulis, Directora del Programa de Antropología y Salud, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina.

Email: sumargulies@gmail.com

Sonnica Romero Gorski, Responsable del Programa de Antropología y Salud; Coordinadora académica, Maestría en Antropología de la Región de la Cuenca del Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, URUGUAY.

Email:sonnica.romerogorski@gmail.com/sromero@fhuce.edu.uy

Simposio 20. Sexualidades, género y ciudadanía

Coordinadores: Mario Pecheny (UBA – Argentina) y José Maria Valcuende del Rio (Universidade Pablo Olavides – Espanha)

Participantes: Assumpta Sabuco (Universidad de Sevilla – España), Miriam Grossi (UFSC – Brasil), Susana Rostagnol (UDELAR – Uruguay)

En las últimas décadas, asistimos a un avance significativo en el ámbito de los derechos sexuales y reproductivos en muchos países. Sin embargo, de forma paralela se produce un cuestionamiento de estos avances y el resurgir de ciertos integristas en la esfera política. Las importantes manifestaciones contra el matrimonio igualitario en Francia, el peso político de algunos grupos religiosos en Brasil, las declaraciones de algunos líderes americanos de lo que se denomina como “ideología de género”, la permanencia de la ilegalidad del aborto en toda América Latina menos Uruguay, las dificultades para enfrentar la persistente violencia contra las mujeres y la violencia sexual/de género, así como la ambigüedad del estatus de la prostitución/trabajo sexual, son una muestra de las contradicciones que dificultan el reconocimiento de la ciudadanía a las y los disidentes sexuales, a quienes no responden a los cánones de género normativizados, pero también a las propias mujeres, cuyos cuerpos siguen siendo gestionados por el Estado.

En este simposio, cuyas/os participantes integran una red de intercambio académico iberoamericana, nos interesa:

-Aproximarnos a este proceso contradictorio y a las barreras que siguen dificultando el reconocimiento como sujetos de derecho de quienes no se ajustan a la realidad androcéntrica y heteronormativa, que en cierta medida sustentan la categoría de ciudadanía.

-Generar un ámbito de discusión y reflexión que nos permita abordar las limitaciones y potencialidades de la noción de ciudadanía aplicada al ámbito del género y de la sexualidad.

-Potenciar líneas de investigación futura de carácter comparativo que nos permitan analizar de modo global y comparativo estas transformaciones

Contactos:

Mario Pecheny - pecheny.mario@gmail.com / Instituto Gino Germani,

Jose Maria Valcuende Del Rio - mvalrio@upo.es / Facultad de Ciencias Experimentales -
Departamento de Antropología Social, Psicología Básica y Salud Pública Sevilla España

Susana Rostagnol - susana.rostagnol@gmail.com

Miriam Grossi - miriamgrossi@gmail.com UFSC - CFH- Florianópolis - SC – Brasil

Assumpta Sabuco assumpta@us.es

SIMPOSIO 21. POLÍTICA GLOBAL E ANTROPOLOGIAS NO MUNDO

(Simposio organizado pela International Union of Anthropological and Ethnological Studies – IUAES - <http://www.iuaes.org/>)

Participantes: Faye Harrison (Presidente IUAES – Urbana Champaign University- USA), Junji Kossumi (Secretário IUAES – Japão), Gustavo Lins Ribeiro (Vice-presidente IUAES – México),

Miriam Grossi (Vice-presidente IUAES – UFSC- Brasil)

Em junho de 2018, o 18o. Congresso Mundial de Antropologia da IUAES ocorrerá em Florianópolis, Brasil e esta sessão do Simposio IUAES/WCAA visa apresentar a IUAES à comunidade antropológica do Mercosul, visando a articulação das redes antropológicas regionais para este Congresso, que acontece pela primeira vez na América do Sul.

A sessão buscará responder também à algumas questões que estão na ordem do dia da IUAES.

Quais os principais problemas globais da disciplina hoje? A que grandes temas globais os antropólogos podem contribuir a partir de suas formações e pesquisas? Como se dão as diferentes relações entre centros de poder no sistema mundial de produção antropológica? Quais os diálogos, práticas e visões antropológicas vigentes no “Sul Global”? Quais os futuros possíveis para a antropologia em um mundo crescentemente conservador? Estas e outras questões farão parte dos trabalhos a serem apresentados.

Palavras chaves: Antropologias mundiais, Sul global, Associações de antropología, IUAES, WCAA
Dados dos participantes:

International Union of Anthropological and Ethnological Studies

Faye V. Harrison - University of Illinois at Urbana-Champaign - USA (fvharrsn@illinois.edu)

Junji Koizumi – Osaka University - Japão (koizumi@hus.osaka-u.ac.jp)

Gustavo Lins Ribeiro - Universidad Autónoma Metropolitana – Mexico (gustavor@unb.br)

Miriam Grossi – Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil (miriamgrossi@gmail.com)

Simposio 22. Migrações, Família e parentesco

Os fenômenos contemporâneos de deslocamentos de pessoas têm sido longamente analisados a partir de óticas que variam de perspectivas econômicas até teorias das redes, passando pelas questões transnacionais. Como fundamento empírico de todas as perspectivas, a família (e o parentesco) participa como substrato de muitas dessas reflexões. Entretanto, um olhar mais dedicado exclusivamente às famílias e parentesco tem ficado em segundo plano. Se em momentos

anteriores o parentesco parecia um conjunto importante de fenômenos que constituíam e explicavam algo dos processos migratórios, nas últimas décadas ele perdeu esse estatuto privilegiado para compor parte de outros sistemas explicativos que tomam outras dinâmicas como fundamentais (como as relações transnacionais, a constituição de redes etc.). A proposta dessa mesa-redonda é pensar o lugar do parentesco na produção e explicação de deslocamentos variados, a partir de situações e posicionamentos teóricos diferenciados. Como a família é pensada atualmente nos fenômenos migratórios? Como o parentesco se relaciona com a constituição e manutenção de fluxos migratórios? Quais as implicações das práticas de parentesco na constituição de dilemas e conflitos em questões de gênero, geração e classe, por exemplo?

Por outro lado, as teorias antropológicas do parentesco e têm passado por uma série de críticas e transformações ao longo das últimas duas décadas: de uma teoria focada mais intensamente nas relações consanguíneas, passou a considerar também as implicações das relações não consanguíneas na constituição de laços e relações tidas como de parentesco. Fenômenos como a comensalidade, concepções de reencarnação, co-residência, memórias partilhadas, solidariedade laboral, adoção, amizades, sofrimentos compartilhados, práticas estatais de discriminação, entre muitos outros, têm sido analisados sob novas óticas de parentesco. Essa mesa se propõe a pensar, a partir de casos específicos, como essas novas questões se relacionam com os fluxos e deslocamentos humanos, pensando tanto o fenômeno migratório em face aos desenvolvimentos da teoria antropológica do parentesco como o contrário, ou seja, como os fenômenos migratórios implicam em novas (ou antigas) questões para a teoria do parentesco.

Palavras-Chave. Migrações, família, parentesco, gênero, identidade

Participantes:

Igor José de Renó Machado, Universidade Federal de São Carlos
igorreno@gmail.com

Cláudia Pedone, Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEGE)-Univ. de Buenos Aires-
CONICET, Argentina. Miembro del Grupo Interdisciplinario de Investigadoras Migrantes (GIIM)
claudiapedone@yahoo.es

Andrea de Souza Lobo, Universidade de Brasília
andreaslobo@yahoo.com.br

Iskra Pavez Soto, Observatorio Regional de Paz y Seguridad (ORPAS)
Universidad Bernardo O'Higgins
iskra.pavez@ubo.cl

Victor Hugo Martins Kebbe da Silva, Universidade Federal de São Carlos
vhkebbe@hotmail.com